A IMPORTÂNCIA DO ESTUDO DE CASO NA PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO ANIMAL PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA TEORIA DOS PRECEDENTES NO BRASIL

Raphael Leal Roldão Lima*

RESUMO: O presente trabalho é justificado pela percepção da escassez de pesquisas em Direito que se utilizem de estudos de caso, dada a resistência, ainda presente nas Faculdades, em relação a esse método. Considerou-se que uma popularização de estudos de caso, especificamente na seara do Direito Animal, pode viabilizar a própria implementação da teoria dos precedentes, fortalecida no Brasil com o advento Novo Código de Processo Civil. Como metodologia, foi adotada a própria realização de estudos de casos, através de pesquisas documentais e bibliográficas, notadamente com a análise de casos jurídicos marcantes apreciados e julgados no Brasil. Com a pesquisa, foi possível verificar a crescente no número de precedentes firmados em benefício dos direitos dos animais, assim como a necessidade do aumento de pesquisas de pós-graduação a serem desenvolvidas através do estudo de casos.

PALAVRAS-CHAVE: Estudo de caso; Direito animal; Pós-humanismo; Teoria dos precedentes.

ABSTRACT: The present work is justified by the perception of the scarcity of researches in Law that use case studies, given the resistance, still present in the Faculties, in relation to this method. It was considered that a popularization of case studies, specifically in the field of Animal Law, could make possible the implementation of the theory of precedents, strengthened in Brazil with the advent of the New Code of Civil Procedure. As a methodology, it was adopted the realization of case studies, through a documentary and bibliographical research, notably with the analysis of remarkable legal cases appreciated and judged in Brazil. With the research, it was possible to verify the increasing number of precedents set for the benefit of animal rights, as well as the need for increased postgraduate research to be developed through case studies.

KEYWORDS: Case study; Animal law; Post humanism; Theory of precedents.

1 INTRODUÇÃO

* Mestrando em Direito na Universidade Federal da Bahia – UFBA. Especialista em Direito e Gestão Ambiental (UCSAL). Especialista em Direito Processual Civil (UNIFACS). Professor da Faculdade São Salvador/BA. E-mail: adv.rleal@gmail.com.

Revista Latino-Americana de Direitos da Natureza e dos Animais, Salvador, v. 2, n. 2, p. 93-106, jul.-dez., 2019.

Revista Latinoamericana de los Derechos de la Naturaleza y de los Animales, Salvador de Bahía, v. 2, n. 2, p. 93-106, jul.-dic., 2019.

Latin American Journal of Nature Rights and Animal Law, Salvador, v. 2, n. 2, p. 93-106, jul.-dec., 2019.

É possível observar uma considerável escassez, nos programas nacionais de pós-graduação em Direito, de pesquisas que adotem o método do estudo de caso. Porém, nota-se, de forma concomitante, que tem havido uma popularização de casos reais (que acabaram sendo judicializados) com a temática do Direito Animal. Tais casos, por seu turno, por versarem sobre temas de difícil resolução e, muitas vezes, paradigmáticos, têm sido objeto de pesquisas exitosas em mestrados e doutorados do país, porém ainda em um número restrito.

Paralelo a isso, o sistema processual brasileiro, com o advento do Novo Código de Processo Civil estabeleceu um fortalecimento e imperiosidade na observância dos precedentes judiciais.

Com isso, a presente pesquisa objetiva exatamente: demonstrar a importância do estudo de caso para o Direito Animal e para a própria implementação do sistema de precedentes introduzida pelo NCPC; apresentar conceitos de pós-humanidade e pós-modernidade oriundo do estudo do Direito Animal; expor o crescimento de casos jurídicos sobre direitos dos animais, objetos de decisões e precedentes judiciais; demonstrar a necessidade do aumento do número de pesquisas em mestrados e doutorados utilizando o método do estudo de caso ou caso de estudo.

No que tange à metodologia, para esse trabalho, optou-se pela própria realização de estudos de casos, através de pesquisas documentais e bibliográficas, notadamente com a análise de casos jurídicos marcantes apreciados e julgados no Brasil.

2 O DIREITO ANIMAL, PÓS-HUMANISMO E O MÉTODO DO ESTUDO DE CASO

2.1 Direito Animal e Pós-humanismo

Segundo Peter Singer (2002, p. 128), os seres humanos, em sua grande maioria, erigem em si a ideia de que a natureza, estando incluídos nesta, por óbvio, os animais não humanos, somente possuiria valor quando em benefício de seus interesses.

E o que se pode observar na história da filosofia ocidental é que a justificação da “superioridade humana” se dá justamente – e com frequência – por meio da atribuição de “qualidades universais e apriorísticas exclusivas à espécie humana” (NEVES, 2015, p. 256).

No que tange à sua categorização jurídica, o humanismo pode ser classificado como um “vocábulo plurissignificativo, polissêmico”, estruturado em princípios que reverenciam a própria

Revista Latino-Americana de Direitos da Natureza e dos Animais, Salvador, v. 2, n. 2, p. 93-106, jul.-dez., 2019.

Revista Latinoamericana de los Derechos de la Naturaleza y de los Animales, Salvador de Bahía, v. 2, n. 2, p. 93-106, jul.-dic., 2019.

Latin American Journal of Nature Rights and Animal Law, Salvador, v. 2, n. 2, p. 93-106, jul.-dec., 2019.

humanidade (BRITO, 2016, p. 16-20).

Nos dizeres do professor norte americano David Ehrenfeld, o humanismo é uma convicção “suprema na razão humana, em sua capacidade para enfrentar e resolver os muitos problemas com que o ser humano se defronta, assim como para reordenar o mundo da Natureza e reformular os assuntos dos homens e mulheres de modo que a vida humana prospere” (EHRENFELD, 1992, p. 03)

Nessa esteira, o pós-humanismo surge com a finalidade de explicitar os prejuízos causados a uma sociedade composta por animais humanos e não humanos, mas que sempre se limitou a considerar como possuidores de dignidade apenas esses primeiros (SILVA, 2013, p. 17).

Por seu turno, as normas de direito animal podem ser identificadas a partir da delimitação de um subsistema dentro do sistema jurídico, não tendo importância o fato de a norma pertencer a mais de um subsistema jurídico (SILVA, 2013, p. 25). Com efeito, o Direito Animal não se limita somente a normas de caráter holístico, animalista ou ecológico, mas também por normas relevância ambiental, penal, civil, administrativa, além de outras que – após a análise de uma determinada situação concreta, poderá ser entendida como voltada à guarida dos animais (SANTOS, 2006. p. 152).

Para Silva (2013, p. 27), o Direito Animal concebe as relações jurídicas abrangendo as “relações dos animais com os outros seres e com a própria natureza”. Deste modo, a partir dessa disciplinar/área jurídica autônoma, os animais logram ser desvinculados da objetificação historicamente arraigada, para se tornarem reconhecidos como sujeitos cujos direitos podem e merecem ser protegidos.

Segundo Tom Regan, “o erro fundamental é o próprio sistema, que nos faz ver os animais como recursos que existem para serem utilizados, comidos, cirurgicamente manipulados ou explorados por esporte ou dinheiro” (REGAN, 2013, p. 21).

A própria Constituição Brasileira de 1988 promoveu uma alteração considerável no modo de se observar os animais não humanos, encarados a partir de sua promulgação como igualmente dignos, ao estabelecer a regra da não crueldade em seu artigo 225, § 1º, inciso VII¹ (SILVA, 2017, p. 500).

¹ Art. 225 [...] § 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público: [...] VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.

Vale recordar que a norma constitucional, como qualquer outra norma, contém um mandamento, ou seja, “uma prescrição – com força jurídica, e não apenas moral –, de modo que a sua não observância deve deflagrar um mecanismo de coação, de cumprimento forçado, para garantir a sua imperatividade” (GORDILHO, 2017, p. 300).

2.2 O Método do Estudo de Caso

Pode-se classificar o Método do estudo de caso como uma abordagem qualitativa (foco no caráter subjetivo do objeto analisado), sendo adotado, com frequência, para a coleta de informações e dados na área de estudos organizacionais (CESAR, 2005, p. 08).

Pode-se afirmar que o método do estudo de caso surgiu originalmente no curso de direito da Universidade de Harvard, no final do século XIX, através do professor e pesquisador Langdell, tendo se tornado mais conhecido, porém, a partir do início no século XX. Com efeito, em algumas instituições de ensino nos Estados Unidos esse método chegou a predominar sobre o método expositivo tradicional (RESENDE; BUENO, 2013, p. 12).

Nas áreas de ensino, notadamente em ciências sociais aplicadas (Administração, Direito, Economia, entre outros), a utilização do Método do Estudo de Caso pode envolver: tanto situações de estudo de um único caso, quanto situações de estudo de múltiplos casos (YIN, 2001, p. 12).

No entanto, ainda se percebe nas Faculdades de Direito, mormente nos cursos de Pós-Graduação, uma evidente escassez e, em alguns casos, até mesmo uma resistência em relação a pesquisas que optem por esse método.

Decerto que as críticas e resistência à adoção de estudos de casos nas Faculdades de Direito são pautadas, em sua maioria, “em função de sua demora, sua possível falta de rigor e, principalmente, por ser incapaz de produzir generalizações tangíveis a partir de um caso único” (MAIA, 2014, p.610).

Todavia, nos dizeres de Yin (2001, p. 27), pela resposta muito breve trazida por tal método, bem como pelo fato de que os experimentos são generalizáveis a proposições teóricas, e não a populações ou universos. Nesse sentido, o estudo de caso, como o experimento, não representa uma "amostragem", e o objetivo do pesquisador é expandir e generalizar teorias (generalização analítica) e não enumerar frequências (generalização estatística).

Revista Latino-Americana de Direitos da Natureza e dos Animais, Salvador, v. 2, n. 2, p. 93-106, jul.-dez., 2019.

Revista Latinoamericana de los Derechos de la Naturaleza y de los Animales, Salvador de Bahía, v. 2, n. 2, p. 93-106, jul.-dic., 2019.

Latin American Journal of Nature Rights and Animal Law, Salvador, v. 2, n. 2, p. 93-106, jul.-dec., 2019.

3. A TEORIA DOS PRECEDENTES NO BRASIL, A PARTIR DO CPC/2015

O Novo Código de Processo Civil (NCPC), editado em 16 de março de 2015, instituiu para o ordenamento jurídico brasileiro um microssistema de precedentes, ratificando a valorização considerável e crescente em relação às decisões proferidas por tribunais (FERREIRA, 2017, p. 67). O regime dos precedentes judiciais brasileiro está previsto nos artigos 926, 927 e 928, do Código de Ritos.

Segundo as lições de Fredie Didier Jr., um precedente pode ser entendido como uma decisão judicial proferida sob a análise de um caso concreto, cujo seu núcleo principal ou essencial pode ser utilizado como diretriz para o julgamento posterior de casos similares (DIDIER JR.; OLIVEIRA; BRAGA, 2016, p. 463).

Por sua vez, acrescenta e pondera Luiz Carlos Souza Vasconcelos (2018, p. 71), que a decisão exarada por uma Corte nem sempre poderá ser considerada um precedente, haja vista que é necessário que o “decisum” transcenda o caso particular, sendo apto a gerar efeitos normativos ulteriores para casos análogos, ou seja, possuindo “conteúdo com a característica de universalização e de dizer a regra jurídica”.

Deste modo, não se pode confundir “precedente” com “decisão judicial”, “jurisprudência” e tampouco com “súmula”. Didier Jr. (2016, p. 555) leciona que, ao ser aplicado reiteradas vezes, um precedente se transformaria em uma jurisprudência e, a partir dela, pode-se estruturar um enunciado de súmula, a qual, em verdade, é a síntese do posicionamento dominante ou consolidado de um Tribunal.

Asseveram Nelson Nery Junior e Rosa Maria de Andrade Nery (2009, p. 529), ainda que “o objetivo da súmula teses jurídicas in abstrato que devem ser seguidas pelos membros do tribunal, de modo a facilitar o exercício da atividade jurisdicional pelo tribunal que as editou.”

Também é preciso recordar que o Brasil tem seu sistema processual fundado no sistema *Civil Law*, o qual possui como fonte principal as normas legais, em contraponto ao *Common Law*, que tem por fonte primária as decisões judiciais, configurando-se em um “direito jurisprudencial”, consolidado e mantido pela força garantida aos próprios precedentes judiciais (FERREIRA, 2017, p. 34).

No entanto, atualmente pode-se sustentar o claro e definitivo rompimento do CPC/2015 “com a tradição brasileira do direito jurisprudencial e da jurisprudência persuasiva, elencando no

Revista Latino-Americana de Direitos da Natureza e dos Animais, Salvador, v. 2, n. 2, p. 93-106, jul.-dez., 2019.

Revista Latinoamericana de los Derechos de la Naturaleza y de los Animales, Salvador de Bahía, v. 2, n. 2, p. 93-106, jul.-dic., 2019.

Latin American Journal of Nature Rights and Animal Law, Salvador, v. 2, n. 2, p. 93-106, jul.-dec., 2019.

art. 927 e incisos os casos em que os precedentes no Brasil obrigam, portanto, são normativos e vinculantes, e não meros exemplos de boas decisões”(ZANETI JR., 2016, p. 421).

Nessa esteira, pode-se sustentar que o sistema de precedentes “reflete a coerência da ordem jurídica viabilizando a previsibilidade e o tratamento uniforme de casos similares, pois o precedente é um valor em si, é algo indispensável para que se tenha unidade do direito e ordem jurídica coerente” (MARINONI, 2014, p.102).

Com efeito, ao introduzir-se força e imperiosidade de observância a decisões de Tribunais (força dos precedentes), almeja-se conferir e trazer maior previsibilidade e segurança jurídica e às relações não somente das partes litigantes, mas de toda a sociedade humana [ou animal].

Ademais, é preciso ressaltar que as disciplinas que estudem o Direito Animal possuem grande abertura e propensão a serem pesquisadas através do estudo de casos judiciais, muito pelo fato de tratarem de temáticas recentes e que se propõem a um rompimento de paradigmas conceituais e à superação de práticas humanas consolidadas, porém lesivas aos outros animais.

A própria desobediência ao mandamento constitucional contido no art. 225, § 1º, inciso VII, tem gerado inúmeros casos jurídicos passíveis de ser estudados a fundo nas universidades, e que têm desencadeado em debates judiciais e formação de precedentes, inclusive vinculantes.

Nessa esteira, através da presente pesquisa, foi possível ter acesso a diversos precedentes do Supremo Tribunal Federal, que foram sendo firmados nas últimas décadas com natureza de observância imperiosa e versando sobre a matéria da proteção ao direito dos animais.

Aliado a isso, também se observa uma popularização de pesquisas, dissertações e teses em Direito, que utilizaram do método de estudo de casos com temática de Direito Animal, notadamente também se utilizando da análise de precedentes judiciais proferidos pelos Tribunais Superiores brasileiros, mormente o Supremo Tribunal Federal.

4 O DIREITO ANIMAL EM CASOS JULGADOS NO BRASIL: PRECEDENTES PARADIGMÁTICOS

Como já asseverado, o Supremo Tribunal Federal, notadamente após o advento da Constituição Federal de 1988, tem se manifestado veementemente contra a crueldade e a favor do direito dos animais, merecendo destaque no presente trabalho os seguintes precedentes: a) Recurso Extraordinário n. 153.531/SC (celebração da farra do boi em Santa Catarina); b) Ações

Revista Latino-Americana de Direitos da Natureza e dos Animais, Salvador, v. 2, n. 2, p. 93-106, jul.-dez., 2019.

Revista Latinoamericana de los Derechos de la Naturaleza y de los Animales, Salvador de Bahía, v. 2, n. 2, p. 93-106, jul.-dic., 2019.

Latin American Journal of Nature Rights and Animal Law, Salvador, v. 2, n. 2, p. 93-106, jul.-dec., 2019.

Direta de Inconstitucionalidade n. 2514/SC e n. 1856/RJ (briga de galo nos estados de Santa Catarina e Rio de Janeiro, respectivamente); c) ADI n. 4983/CE (realização das vaquejadas); d) RE n. 494601/SC (sacrifício de animais em rituais religiosos).

4.1 Recurso Extraordinário n. 153.531/SC (“Farra do boi”)

Ao analisar o RE n. 153.531/SC, interposto pela Associação Amigos de Petrópolis, pela Sociedade Zoológica Educativa (SOZED), Liga de Defesa dos Animais (LDZ) e Associação Protetora dos Animais (APA), a 2ª Turma do STF decidiu, por maioria, dar provimento ao referido recurso e declarar a inconstitucionalidade da prática da “Farra do Boi”, sustentando expressamente que nessa prática os animais são submetidos a crueldades, violando o já mencionado artigo 225, § 1º, inciso VII, da CRFB.

O Presidente da Corte julgadora (2ª Turma) à época, Ministro Néri da Silveira em seu voto, reconheceu o conflito entre o direito a manifestações “culturais” históricas, porém, sustentou explicitamente a necessidade de se impedirem condutas, “não só de danificação ao meio ambiente, de prejuízo à fauna e à flora, mas também que provoquem a extinção de espécies ou outras que submetam os animais a crueldade” (BRASIL, STF, 1998).

A ementa do respectivo Acórdão foi publicada com a seguinte redação:

COSTUME - MANIFESTAÇÃO CULTURAL - ESTÍMULO - RAZOABILIDADE - PRESERVAÇÃO DA FAUNA E DA FLORA - ANIMAIS - CRUELDADE. A obrigação de o Estado garantir a todos o pleno exercício de direitos culturais, incentivando a valorização e a difusão das manifestações, não prescinde da observância da norma do inciso VII do artigo 225 da Constituição Federal, no que veda prática que acabe por submeter os animais à crueldade. Procedimento discrepante da norma constitucional denominado "farra do boi". (BRASIL, STF, 1998)

Cumprido salientar que essa decisão – embora possa ser chamada de precedente – não possui natureza vinculante para as demais cortes do país e nem produziu efeitos *erga omnes*, uma vez que foi proferida em sede de Recurso Extraordinário, sem as conotações processuais atualmente

vigentes como repercussão geral² ou sistemática de recursos repetitivos³, mas “abriu a oportunidade de proibir efetivamente qualquer prática que leve a crueldade aos animais de modo geral” (SIRVINKAS, 2008, p. 82).

4.2 ADI 2514/SC e ADI nº 1856/RJ (“Briga de galo”)

No ano de 2005, o STF enfrentou mais uma temática relativa à prática denominada “esportiva” ou “cultural”, mas que violava o bem-estar animal através da submissão destes a crueldades indubitáveis. O Pleno da Corte – ao apreciar a ADI 2514 – julgou, por unanimidade, como inconstitucional a Lei n. 11.344/00, de Santa Catarina, que havia criado normas para a criação, exposição e realização de competições entre aves combatentes da espécie "Galus-Galus", atividade denominada popularmente de "briga de galo".

A Assembleia Legislativa estadual de Santa Catarina chegou a sustentar que o combate entre galos era “prática arraigada na cultura popular” e que a espécie era criada exclusivamente para esse fim e que não serviria ao abate e ao consumo humano (BRASIL, STF, 2005).

Por seu turno, o Ministro relator Eros Grau asseverou que o legislativo estadual “ao autorizar a odiosa competição entre galos, ignorou o comando constitucional”(BRASIL, STF, 2005). Também foi mencionado expressamente o precedente do RE 153.531, tendo o Acórdão sido publicado da seguinte maneira:

ACÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI N. 11.366/00 DO ESTADO DE SANTA CATARINA. ATO NORMATIVO QUE AUTORIZA E REGULAMENTA A CRIAÇÃO E A EXPOSIÇÃO DE AVES DE RAÇA E A REALIZAÇÃO DE "BRIGAS DE GALO". A sujeição da vida animal a experiências de crueldade não é compatível com a Constituição do Brasil. Precedentes da Corte. Pedido de declaração de inconstitucionalidade julgado procedente.

Seis anos depois, em 26/05/2011, no julgamento da ADI 1856, o Supremo, mais uma vez, enfrentou a matéria atinente à “briga de galo”, tendo considerado, por unanimidade, inconstitucional a Lei estadual n. 2.895/98, do Rio de Janeiro, que autorizava e regulava a

² “A repercussão geral apresenta o chamado efeito multiplicador, ou seja, o de possibilitar que o Supremo decida uma única vez e que, a partir dessa decisão, uma série de processos idênticos seja atingida. O Tribunal, dessa forma, delibera apenas uma vez e tal decisão é multiplicada para todas as causas iguais”. Disponível em: <www.stf.jus.br>.

³ “Recurso repetitivo portanto, é aquele que representa um grupo de recursos especiais que tenham teses idênticas, ou seja, que possuam fundamento em idêntica questão de direito”. Disponível em: <www.stj.jus.br>. O atual CPC (art. 927) prevê efeito vinculante às decisões de recursos repetitivos.

realização de competições entre “galos combatentes”.

Nessa toada, a Corte, fazendo referência aos precedentes supracitados, reiterou seu entendimento acerca da “natureza perversa da briga de galo, à semelhança da ‘farra do boi’”, não admitindo que ambas as práticas fossem qualificadas como manifestações culturais, “de caráter meramente folclórico”. (BRASIL, STF, 2011).

Para o STF (BRASIL, 2011), a tutela especial da Constituição em relação aos animais, é motivada pela imperiosidade de obstar práticas que acarretem risco “a todas as formas de vida, não só a do gênero humano”,

Saliente-se que os dois precedentes tratados nessa Seção se referem a Ações Declaratórias de Inconstitucionalidade e possuem, portanto, conforme comando constitucional exposto (art. 102, § 2º)⁴ efeito vinculante e eficácia *erga omnes*.

4.3 ADI nº 4983/CE (Vaquejada)

No ano de 2017, foi levado ao Supremo a demanda acerca da vaquejada (Lei 15.299/2013 do estado do Ceará), que detém um apelo popular cultural muito maior do que os casos acima citados, uma vez que possui adeptos em diversas regiões do país, principalmente nos estados do nordeste.

O STF firmou o entendimento, por maioria, de que, malgrado o Estado possua a obrigação de garantir a todos o pleno exercício aos direitos culturais, esta não prescinde da observância do disposto no inciso VII do artigo 225 da Carta Federal, que veda a prática de crueldade contra os animais (BRASIL, STF, 2017).

O relator da ADI, ministro Marco Aurélio, apontou que os laudos trazidos ao processo demonstraram impactos nocivos à saúde dos animais, como fraturas, ruptura de ligamentos, traumatismos e deslocamento da articulação do rabo, além de danos como dores físicas e prejuízos mentais (BRASIL, STF, 2017).

Por seu turno, o ministro Celso de Mello sustentou não ser possível qualificar a vaquejada

⁴ Art. 102 [...] § 2º As decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, nas ações diretas de inconstitucionalidade e nas ações declaratórias de constitucionalidade produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.

como atividade desportiva, prática cultural ou expressão folclórica, visto que a crueldade é inerente a essa atividade. Já o ministro Roberto Barroso, aduziu que “o processo civilizatório nos impõe nos opormos historicamente a práticas, ainda que imemoriais, quando elas sejam erradas”. (BRASIL, STF, 2017).

Todavia, em que pese a Suprema Corte haver considerado a vaquejada como atividade prejudicial e cruel aos animais, o Congresso Nacional – após menos de dois meses da publicação do Acórdão da ADI 4983 – promulgou a Emenda Constitucional n. 96⁵, liberando práticas como a vaquejada e o rodeio em todo o território brasileiro e dispondo que tais atividades não são consideradas cruéis, desde que regulamentadas em lei específica que garanta o bem-estar dos animais envolvidos.

4.4 Recurso Extraordinário n. 494.601/SC (Sacrifício de animais em rituais religiosos)

O recurso foi interposto pelo Ministério Público do Rio Grande do Sul (MP/RS) para atacar decisão do Tribunal de Justiça estadual (TJ/RS), que negou pedido de declaração de inconstitucionalidade da Lei estadual n. 12.131/2004. Por sua vez, a referida afastou a proibição no caso de sacrifício de animais em rituais, cultos e liturgias das religiões de matriz africana.

Nesse caso, embora o Supremo Tribunal Federal tenha entendido que a lei gaúcha – que permite o sacrifício de animais em ritos religiosos – é constitucional, os votos proferidos por alguns Ministros expuseram entendimentos referentes à preocupação com o direito dos animais, mormente no que tange ao seu bem-estar e à ausência de crueldade nas referidas práticas religiosas.

O ministro Roberto Barroso registrou que consoante a tradição e as normas das religiões de matriz africana, não são admitidas crueldades contra os animais, sendo empregados “procedimentos e técnicas” a fim de que de o abate seja rápido e indolor. Já o ministro Alexandre de Moraes, manifestou seu voto destacando a constitucionalidade da “sacralização com abates de animais”, porém, afastando a prática de maus-tratos e tortura nesses rituais (BRASIL, STF, 2019).

Vale ressaltar que o Acórdão desse julgado ainda não chegou a ser publicado, mas o

⁵ Art. 225 [...] § 7º Para fins do disposto na parte final do inciso VII do § 1º deste artigo, não se consideram cruéis as manifestações culturais previstas no § 1º do art. 215 e registradas como bem de natureza imaterial integrante do patrimônio cultural brasileiro, desde que regulamentadas em lei específica que assegure o bem-estar dos animais envolvidos.

juízo foi integralmente transmitido pela emissora TV Justiça⁶ e amplamente noticiado pelos meios de comunicação social.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se concluir que o estudo de caso se afigura como um método ainda pouco adotado nos cursos de Pós-graduação em Direito. No entanto, essa estatística tende a alterar quando se vislumbra a mudança de perspectiva trazida pelo Direito Animal e pelo Pós-humanismo, retirando do ser humano a centralidade das discussões e normatizações.

Isso porque a referida disciplina, mormente por possuir os direitos dos animais como objeto de estudo e tutela, é aberta e propensa a ser desenvolvida e trabalhada através de pesquisas com estudos de casos reais e paradigmáticos.

Com efeito, é preciso reconhecer que o atual Código de Processo Civil rompeu com a clássica e tradicional sistemática de precedentes que vigorou até o CPC/73. A “nova ordem” processual traz precedentes vinculantes que podem propiciar maior previsibilidade, racionalidade e segurança jurídica às relações entre humanos [e não humanos].

Também é possível aquilatar que muitas das pesquisas desenvolvidas acerca da temática do Direito Animal têm ou podem se debruçar sobre o estudo de casos jurídicos reais que findaram com a consolidação de precedentes judiciais importantes e emblemáticos. A própria sociedade brasileira tem recorrido aos tribunais pátrios para obter a proteção da vida, do bem-estar e da dignidade dos animais.

Nessa esteira, o Supremo Tribunal Federal há muitos anos tem enfrentado demandas que discutem a proteção dos direitos dos animais e notadamente a vedação da crueldade para com estes. Em muitos casos, há sempre conflitos principiológicos ou de direitos fundamentais.

Entretanto, o STF, conforme exposto anteriormente, tem sempre preponderado o entendimento em benefício dos animais e de seu bem-estar. Mesmo quando julgou como constitucional o sacrifício de animais em rituais religiosos, vislumbraram a imperiosidade da incoerência de crueldade.

Deste modo, a popularização dos estudos de casos julgados ou a serem apreciados que

⁶ Link do julgamento na TV Justiça: <<https://www.youtube.com/watch?v=I93qKI3Yzro>>

Revista Latino-Americana de Direitos da Natureza e dos Animais, Salvador, v. 2, n. 2, p. 93-106, jul.-dez., 2019.

Revista Latinoamericana de los Derechos de la Naturaleza y de los Animales, Salvador de Bahía, v. 2, n. 2, p. 93-106, jul.-dic., 2019.

Latin American Journal of Nature Rights and Animal Law, Salvador, v. 2, n. 2, p. 93-106, jul.-dec., 2019.

envolvem a temática do Direito Animal pode colaborar na implementação da nova sistemática de observância imperiosa de determinados precedentes judiciais, trazida pelo atual Código de Processo Civil.

6 REFERÊNCIAS

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988. **Diário Oficial da União**. Brasília, 1988. Disponível em: <http://planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 10 ago. 2019.
- _____. Lei Federal n. 13.105, de 16 de março de 2015. Código de Processo Civil. **Diário Oficial da União**. Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm>. Acesso em: 10 ago. 2019.
- _____. Supremo Tribunal Federal. Recurso Extraordinário n. 153.531, Relator: Min. Francisco Rezek, Segunda Turma, julgamento em 03 jun. 1997, **Diário de Justiça** de 13 mar. 1998. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/inteiroTeor/obterInteiroTeor.asp?id=211500>>. Acesso em: 12 ago. 2019.
- _____. Supremo Tribunal Federal. Ação Declaratória de Inconstitucionalidade n. 2514, Relator: Min. Eros Grau, Tribunal Pleno, julgamento em 29 jun. 2005, **Diário de Justiça** de 09 fev. 2005. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/inteiroTeor/obterInteiroTeor.asp?id=266833>>. Acesso em: 12 ago. 2019.
- _____. Supremo Tribunal Federal. Ação Declaratória de Inconstitucionalidade n. 1856, Relator: Min. Celso de Mello, Tribunal Pleno, julgamento em 26 maio 2011, **Diário de Justiça** de 13 out. 2011. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/inteiroTeor/obterInteiroTeor.asp?id=628634>>. Acesso em: 12 ago. 2019.
- _____. Supremo Tribunal Federal. Recurso Extraordinário n. 153.531, Relatora: Min. Marco Aurélio, Tribunal Pleno, julgamento em 06 out. 2016, **Diário de Justiça** de 26 abr. 2017. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/inteiroTeor/obterInteiroTeor.asp?idDocumento=12798874>>. Acesso em: 12 ago. 2019.
- _____. Supremo Tribunal Federal. Recurso Extraordinário n. 494.601, Relator: Min. Marco Aurélio, Tribunal Pleno, julgamento em 28 mar. 2019. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=407159>>. Acesso em: 12 ago. 2019.
- BRITTO, Carlos Ayres. **O humanismo como categoria constitucional**. 2. reimp. Belo Horizonte: Fórum, 2016. p. 16-20.

Revista Latino-Americana de Direitos da Natureza e dos Animais, Salvador, v. 2, n. 2, p. 93-106, jul.-dez., 2019.

Revista Latinoamericana de los Derechos de la Naturaleza y de los Animales, Salvador de Bahía, v. 2, n. 2, p. 93-106, jul.-dic., 2019.

Latin American Journal of Nature Rights and Animal Law, Salvador, v. 2, n. 2, p. 93-106, jul.-dec., 2019.

- CESAR, Ana Maria Roux Valentini Coelho. Método do Estudo de Caso (Case Studies) ou Método do Caso (Teaching Cases)? Uma análise dos dois métodos no Ensino e Pesquisa em Administração. In: **Revista Eletrônica Mackenzie de Casos**. São Paulo, v. 1, n. 1, 2005. Disponível em: <http://www.mackenzie.br/fileadmin/Graduacao/CCSA/remac/jul_dez_05/06.pdf>. Acesso em: 03 ago. 2019.
- DIDIER JR. Fredie. **Sobre a Teoria Geral do Processo, essa desconhecida**. 3. ed. Salvador: JusPodivm, 2016.
- _____. OLIVEIRA, Rafael; BRAGA, Paula Sarno. **Curso de Direito Processual Civil**. 3. ed. atual. Salvador: JusPodivm, 2016.
- EHRENFELD, David. **A Arrogância do Humanismo**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- FERREIRA, Ana Conceição Barbuda Sanches Guimarães. **A Teoria da transcendência dos motivos determinantes e o Supremo Tribunal Federal: um estudo a partir do Direito Animal**. 384 f. Tese (Doutorado em Direito), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.
- GORDILHO, Heron José de Santana. **Abolicionismo animal**. 2. ed. Salvador: EDUFBA, 2017.
- MAIA, Junot de Oliveira. O estudo de caso nas pesquisas de e-gov: a relevância de um olhar qualitativo na pesquisa em Linguagens e Tecnologias. In: **Linguagem & Ensino**, Pelotas, v.17, n.3, p.603-626, set./dez. 2014: Disponível em: <<http://www.rle.ucpel.tche.br/index.php/rle/article/viewFile/1141/803>>. Acesso em 04 ago. 2019.
- MARINONI, Luiz Guilherme. **A ética dos precedentes. Justificativa do novo CPC**. 1. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014.
- MELLO, Marcos Bernardes de. **Teoria do fato jurídico: plano da eficácia**, 1ª parte. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.
- NERY JUNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. **Constituição Federal comentada**. 2. ed. São Paulo: RT, 2009.
- NEVES, Cecília de Sousa. A questão do humano: entre o humanismo e o pós-humanismo. In: **Griot : Revista de Filosofia**, Amargosa, v. 12, n. 2, 2015, p. 256. Disponível em: <<http://www.ufrb.edu.br/griot>>. Acesso em: 10 ago. 2019.
- OLIVEIRA, Silvio Luiz de. **Tratado de metodologia científica**. São Paulo: Pioneira. 1997.
- REGAN, Tom. A Causa dos direitos dos animais. In: **Revista Brasileira de Direito Animal**. V. 8, n. 12, 2013.
- RESENDE, Clênio de Sousa; BUENO, Lucas Antônio. **O ensino participativo e a contribuição do método do estudo de caso para a aprendizagem jurídica**. Disponível em: <<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=2adfd952d109f78f>>. Acesso em: 02 ago. 2019.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Gramática do tempo: para uma nova cultura política**. Col. Para um novo senso comum. Vol. 04. São Paulo: Cortez, 2006.
- SILVA, Tagore Trajano de Almeida. Direito Animal Brasileiro: uma breve apresentação. In: **22º Congresso Brasileiro de Direito Ambiental**, 2017, São Paulo. São Paulo: Instituto O Direito por um Planeta Verde, 2017. v. 1. p. 498-508. Disponível em: <<http://www.planetaverde.org>>.

Revista Latino-Americana de Direitos da Natureza e dos Animais, Salvador, v. 2, n. 2, p. 93-106, jul.-dez., 2019.

Revista Latinoamericana de los Derechos de la Naturaleza y de los Animales, Salvador de Bahía, v. 2, n. 2, p. 93-106, jul.-dic., 2019.

Latin American Journal of Nature Rights and Animal Law, Salvador, v. 2, n. 2, p. 93-106, jul.-dec., 2019.

Acesso em: 03 ago. 2019.

_____. **Direito Animal e ensino jurídico**: formação e autonomia de um saber pós-humanista. 180 f. Tese (Doutorado em Direito), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013. Disponível em:

<<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/15284/2/DIREITO%20ANIMAL%20E%20ENSINO%20TESE%20TAGORE.pdf>>. Acesso em: 05 ago. 2019.

SINGER, Peter. **Vida ética**. Os melhores ensaios do mais polêmico filósofo da atualidade. Trad. Alice. Xavier. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.

SIRVINSKAS, Luís Paulo. **Tutela constitucional do meio ambiente**. Saraiva: São Paulo, 2008.

VASCONCELOS, Luiz Carlos Souza. **Hermenêutica e teoria dos precedentes judiciais**: exame crítico da (in)coerência decisória no âmbito do Supremo Tribunal Federal. 228 f. Tese (Doutorado em Direito), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/27800/1/LUIZ%20CARLOS%20SOUZA%20VASCONELOS.pdf>>. Acesso em: 05 ago. 2019.

YIN, Robert K. **Estudo de caso – planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001. Disponível em: <

<http://www.fkb.br/biblioteca/livrosadm/Estudo%20de%20Caso%20Planejamento%20e%20M%20-%20Robert%20K.%20Yin.pdf>>. Acesso em 02 ago. 2019.

ZANETI JR, Hermes. Precedentes normativos formalmente vinculantes. In: DIDIER JR, Fredie et al. (coord). **Precedentes**. 2. ed. Salvador: Juspodivm, 2016.

Revista Latino-Americana de Direitos da Natureza e dos Animais, Salvador, v. 2, n. 2, p. 93-106, jul.-dez., 2019.

Revista Latinoamericana de los Derechos de la Naturaleza y de los Animales, Salvador de Bahía, v. 2, n. 2, p. 93-106, jul.-dic., 2019.

Latin American Journal of Nature Rights and Animal Law, Salvador, v. 2, n. 2, p. 93-106, jul.-dec., 2019.